

---

## O Mercosul na mídia: análise das notícias veiculadas nos portais G1 e R7 durante o biênio 2019-2020<sup>1</sup>

Francieli BARCELLOS<sup>2</sup>

Rejane POZOBON<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### RESUMO

O presente trabalho traça uma análise de conteúdo das notícias acerca do Mercado Comum do Sul (Mercosul) durante o biênio 2019-2020, nos portais de jornalismo online G1 e R7. Explora-se a estrutura do Bloco, bem como seu estágio de integração para nomeação como Mercado Comum; as marcas de governo de Jair Bolsonaro (Sem partido) nas relações exteriores brasileiras; e os aspectos de cobertura jornalística internacional da América Latina como pauta. A conclusão indica que ambos os portais se guiam pelas agências transnacionais de notícias, tendo como pauta principal os acordos para com a comunidade europeia, Mercosul-EFTA e Mercosul-UE. Com foco apenas no viés econômico do Bloco, fazem a manutenção de discursos governamentais, de acordo com imaginários sociais colonizados acerca do subcontinente latino-americano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercosul; Análise de conteúdo; Jornalismo internacional; Geografias da comunicação.

### INTRODUÇÃO

Pensar o Mercado Comum do Sul (Mercosul) não deve se esgotar em pensar acordos comerciais ou burocracias governamentais, ao contrário, pensar o Bloco deve implicar em uma leitura de processos mais amplos, que extrapolam o financeiro, bem como os de identidade, cultura e, claro, de comunicação. Se o ideal de Mercosul ambicionado é o de um Bloco que mais do que integrar economias integre pessoas, é de extrema relevância considerar qual é o papel da mídia, especificamente do jornalismo, na condução de narrativas e na sedimentação de concepções sobre o organismo, que está incluso em um panorama mais amplo, o de imaginários sobre a América Latina.

Assim, o presente trabalho se constitui em uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016) dos últimos dois anos, 2019 e 2020, de notícias sobre o Mercado Comum do Sul em dois dos maiores portais de notícias *online* do Brasil, G1 e R7. O período de análise

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup>Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social Hab. Jornalismo da FACOS-UFSM, e-mail: [franbarcellosm@gmail.com](mailto:franbarcellosm@gmail.com)

<sup>3</sup>Orientadora do trabalho. Professora de Ciências de Comunicação FACOS-UFSM, e-mail: [rejanepozobon@gmail.com](mailto:rejanepozobon@gmail.com)

corresponde ao primeiro biênio de governo de Jair Bolsonaro (Sem partido), o qual está inserido em um arranjo do cenário geopolítico brasileiro e latino-americano distinto ao das últimas duas décadas.

## **MERCADO COMUM DO SUL: POTENCIALIDADES DE UMA UNIÃO ADUANEIRA IMPERFEITA**

A criação do Mercosul alude, oficialmente, ao ano de 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que deu base institucional e jurídica à Organização. Os signatários foram Itamar Franco (MDB) e Carlos Menem (PJ), respectivamente presidentes do Brasil e da Argentina à época. A formação do Bloco resultou de uma dedicação não apenas econômica, mas também política entre os dois países, como um fim à histórica disputa dos dois países pela hegemonia da região, que, para Poletto (2000), teve significado similar à superação das rivalidades franco-germânicas para a União Europeia

São, na atualidade, Países Membro do Mercado: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai, República Oriental do Uruguai e República Bolivariana da Venezuela. Este último, todavia, encontra-se suspenso desde 2016, por descumprimento do Protocolo de Ushuaia<sup>4</sup>. Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname usufruem do status de Estados Associados. Quanto ao Estado Plurinacional da Bolívia, este se encontra em vias de admissão pelos congressos dos outros Estados Parte, uma vez que o país já assinou, em 2015, o Protocolo de Adesão.

Estados Parte são aqueles que adotam a Tarifa Externa Comum (TEC), cumprem todas obrigações perante ao Mercosul e contam com direito a voto. Por Estados Associados se entende aqueles que não adotam a TEC nem possuem poder decisório, mas assinaram a prévia de acordos de complementação econômica (ACE) e expandem suas trocas comerciais com os demais países do Mercado.

O Bloco é independente de seus países fundadores e possui acordos e negociações com mais de 90 países em todos os continentes. Os cinco Estados Parte ocupam, com dados de 2016, aproximadamente: 72% do território da América do Sul; 69,5% da

---

<sup>4</sup>O Protocolo de Ushuaia foi assinado em 1998 pelos quatro Estados Parte do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) mais dois Estados Associados (Bolívia e Chile) reafirmando o compromisso da vigência das instituições democráticas por parte dos países membros.

população sul-americana e 76,2% do PIB da América do Sul<sup>5</sup>. Estrutura-se institucionalmente em três órgãos decisórios, sendo eles: Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo que é o principal dentre os três; Grupo Mercado Comum (GMC), órgão decisório executivo; e Comissão do Mercado Comum (CCM), órgão decisório técnico. Para além destes três, o Mercosul também conta com um órgão de representação parlamentar, o Parlamento do Mercosul (Parlasul); um órgão consultivo, que é o Foro Consultivo Econômico Social (FCES), e um órgão de apoio operacional, que é a Secretaria do Mercosul (SM).

Porém, mesmo tendo iniciado uma quarta fase no processo de integração social Poletto (2000), numa dinâmica que vai do sub-regional para o regional, com uma maior abrangência de campos e um maior universo de atores envolvidos no processo, tanto institucionais quanto não institucionais, é viável entender que o Bloco ainda ainda não corresponde em completude aos requisitos para a qualificação como Mercado Comum.

Conforme Ocampo (2009 apud Batista, 2017), para a concessão do título de Mercado Comum, os países devem não só permitirem a livre circulação de pessoas, capitais e serviços e projetarem uma mesma política comercial, mas também concederem maior soberania ao coletivo e fortalecerem a ideia e os vínculos de supranacionalidade, o que entra em desacordo com o atual estágio do Mercosul, que perdura até então em um estado de “União Aduaneira Imperfeita”. A União Aduaneira seria o estágio de integração entre países anterior ao de Mercado Comum.

Muitas vezes os Estados Parte prezam por decisões individuais, consequência de diferentes matrizes ideológicas centralizadas em seus governantes, o que reflete, por exemplo, em oscilações de aberturas e restrições, o que atrapalha mais uma vez o processo de maturação do que viria a ser um Mercado Comum na plenitude de seus compromissos. Ribeiro (2018, p. 88) aponta isto como consequência de um processo histórico de “dificuldade dos países de se articularem e de atingirem resultados aceitáveis por todos. Portanto, existe uma tendência [...] de adotar mecanismos de decisão que utilizam o consenso e a unanimidade como forma de equalizar os interesses dos Estados”.

Apesar deste apontamento, explicamos que seguiremos, neste trabalho, ancoradas na hipótese do Mercosul como ferramenta competente para processos de integração,

---

<sup>5</sup>Dados retirados do endereço eletrônico oficial do Mercosul, mantido pelo governo brasileiro, pelo link <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mercosul/>

emancipação e soberania não só sul-americana, mas sim latino-americana. Isto, pelo Bloco não se limitar aos Estados Parte, tendo México como país observador e relações estabelecidas com outros países do subcontinente que extrapolam a América do Sul. Seus países são ricos não somente em recursos naturais e matérias-primas para a indústria, mas também história e cultura, numa soma de potências.

## **GOVERNO JAIR BOLSONARO: UMA MUDANÇA DE PARADIGMAS NA DIPLOMACIA BRASILEIRA**

Jair Messias Bolsonaro (Sem partido) foi eleito presidente da República Federativa Brasileira em 2º turno da data de 28 de outubro de 2018, com 58 milhões de votos (55% do total dos votos válidos). Com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o então candidato concorreu filiado ao Partido Social Liberal (PSL) em uma chapa com Hamilton Mourão (PRTB) como vice. A disputa foi contra Fernando Haddad (PT), em uma eleição marcada pela polarização em um cenário pós-político<sup>6</sup>. Em seu discurso de posse, o presidente garantiu “libertar o país do socialismo, e do politicamente correto”<sup>7</sup>, promessas de campanha que também se expressaram na condução das Relações Exteriores.

O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos em seu discurso de vitória. [...] Nós buscaremos as parcerias e as alianças que nos permitam chegar aonde queremos, não pediremos permissão à ordem global, o que quer que ela seja. [...] Admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel<sup>8</sup>, que nunca deixou de ser uma nação, mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação. Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo<sup>9</sup>. Admiramos

---

<sup>6</sup>Fenômeno de despolitização que consiste na negação de ideologias, em uma noção que a política deve ser assumida por “gestores”, de maneira técnica.

<sup>7</sup>Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>

<sup>8</sup>Israel não é reconhecido oficialmente como Estado, devido ao Conflito Israelo-Palestino, em especial pela disputa de Jerusalém como capital. Israel surge de um projeto sionista de pátria em 1948.

<sup>9</sup>O Foro de São Paulo é uma organização fundada em 1990 a partir de um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de São Paulo/SP. O fórum reúne partidos políticos e organizações de esquerda latino-americanos com o objetivo de discutir alternativas ao neoliberalismo.

---

nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares. Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam. O problema do mundo não é a xenofobia, mas oikofobia.<sup>10</sup> (ARAÚJO, 2019)<sup>11</sup>

Este é um trecho do discurso de posse de Ernesto Araújo, chanceler que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil de 1º de janeiro de 2019 até 29 de março de 2021. A escolha pelo discurso anteposto decorre de sua capacidade elucidativa sobre a postura do vigente governo em relação à política externa e a visão deste sobre alguns países latino-americanos. Conforme Sorato (2019), a prioridade do atual governo é pelos temas de “desideologização”, comércio e segurança, com uma assinalada crítica aos parceiros Sul-Sul. Neste caso destacamos as críticas à Argentina e à Venezuela, Estados Parte do Bloco governados por partidos de esquerda.

A partir da presidência de Jair Bolsonaro a tradicional política de relações exteriores do Itamaraty, marcada pela diplomacia e por diretrizes suficientemente gerais, tem uma mudança nos paradigmas. Com adoção de um modelo que privilegia acordos e relações junto aos EUA e à Europa, os interesses frente ao Mercosul ficam em segundo plano. Perde-se o caráter de integração regional, em uma renovação do subimperialismo<sup>12</sup> brasileiro em sua condição de capitalismo dependente. “Esse novo modelo pretende, sobretudo, diferenciar-se das administrações anteriores, de Lula da Silva e Dilma Rousseff, para a impressão de uma nova marca (SORATO, 2019, p. 18)”.

Entre as principais posturas do governo em relação ao Mercado Comum do Sul, destacamos: a ameaça de saída do Bloco feita em 2019, em uma forma de represália à eleição do peronista Alberto Fernandez (PJ) na Argentina; a retirada do Ministério da Educação (MEC) do grupo de trabalho sobre educação do Mercosul; e o anúncio, também em 2019, da conclusão da parte comercial do histórico acordo de livre comércio entre o Bloco e a União Europeia, que vinha sendo ensaiado há duas décadas.

---

<sup>10</sup>Segundo Ernesto Araújo, no mesmo discurso, a oikofobia seria “odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado”.

<sup>11</sup>Leia a íntegra do discurso de Ernesto Araújo em sua posse no Ministério das RE. **Folha**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-em-sua-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores.shtml>>

<sup>12</sup>O subimperialismo é uma categoria formulada no seio da Teoria Marxista da Dependência, que indica um processo de “imperialismo de segundo grau”, no avanço brasileiro para exploração de mercados de outros países latino-americanos, com prioridade para relações com os Estados Unidos e a Europa.

---

## JORNALISMO INTERNACIONAL: UMA AMÉRICA LATINA ESTRANGEIRA EM PAUTA

As ideias sobre espaço não são construídas apenas na leitura de guerras, invasões, relevos e/ou fronteiras, mas também na leitura de mídia, com atenção à matéria-prima da indústria jornalística: as notícias. Ao associar os campos da Comunicação e da Geografia, Milton Santos (2020) trabalha as técnicas de informação como parte do processo de globalitarismo<sup>13</sup>. “A informação tem dois rostos, um pela qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. [...] Há uma relação carnal entre o mundo das notícias e o mundo da produção das coisas e das normas” (SANTOS, 2020, p. 39-40). Seriam, a informação e o dinheiro, as duas tiranias centrais da atual situação de mundo. Ao legitimar impérios, a informação ganha destaque na geopolítica de cada país e entre nações, uma vez que “o espaço geopolítico é um conceito socialmente produzido com base em uma multiplicidade de discursos” (STEINBERGER, 2005. p. 37).

Para ilustrar como se realiza a produção noticiosa de temática internacional sobre o “Terceiro Mundo”<sup>14</sup>, calha uma comparação com a produção dos mapas, ao mínimo com a Projeção de Mercator, que ganhou destaque ao ser a primeira a conseguir representar de modo plano o globo esférico da Terra. Esta projeção, do tipo conforme cilíndrica, por mais que conserve o formato dos continentes, distorce suas posições e seus tamanhos, concedendo destaque e privilégio à Europa. Este modelo, por muito tempo tido como oficial, expressa fielmente visões eurocêntricas sobre o mundo. Destarte, na atualidade, os jornais podem ser considerados os novos mapas à serviço do imperialismo, com uma cartografia deformante da América Latina.

[...] o jornalismo internacional apresenta, por suas escolhas e construções discursivas, uma cartografia do outro, do estrangeiro. Ao fazer isso, estabelece uma geopolítica própria que revela (e silencia) pelo menos três aspectos: uma geopolítica dos fatos; uma geopolítica dos que falam, dos que ocupam o lugar de fonte, das falas que por estar entre aspas compõem o discurso jornalístico; e uma geopolítica dos que são citados, dos fatos e personagens que o jornalismo faz referência, direta ou indiretamente, de quem fala sem deixar falar (ZAMIN, 2010, p. 231).

---

<sup>13</sup>O geógrafo propõe que não vivemos uma globalização, pois as conexões são desiguais, mas uma época de crise permanente. O globalitarismo é representado pela mais-valia globalizada, fundada na violência estrutural.

<sup>14</sup>A ideia de Terceiro Mundo surgiu no contexto da Guerra Fria, a fim de descrever os países que não se posicionaram ao conflito Estados Unidos da América x União Soviética. Na atualidade é representar os países ditos subdesenvolvidos.

---

Quanto à seleção de notícias de dimensão internacional, é admissível expor que, em muitas das vezes, a origem são as agências de notícias transnacionais. Zamin (2010, p. 226) indica que “a fonte é a mesma para todos os veículos e é externa; são as agências que decidem o que é notícia, o que se deve ou não saber” e Soares (2020, p. 66) faz coro à hipótese, ao formular que “hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica”.

As agências de notícias surgiram no século XIX, no contexto do capitalismo industrial e

[...] foram criadas para vender notícias *por atacado* a governos, banqueiros, diplomatas, negociantes, corretores, armadores e transportadores. Logo depois, passariam a atender à clientela mais nova e diversificada representada pelos jornais, pelo que se convencionou chamar de jornal de mercado médio. [...] Além de serem fornecedoras básicas de notícias, as agências exportaram e disseminaram a ideia de menos envolvimento aparente (AMARAL, 1996, p. 28-29, grifos do autor).

Elas souberam acompanhar o desenvolvimento dos ciclos do capital na consolidação da globalização e na entrada do capitalismo em seu quarto estágio, o informacional. France-Presse<sup>15</sup>, fundada em 1835, e a Thomson Reuters<sup>16</sup>, fundada em 1851, são comprovações disso, visto que se mantêm até hoje entre as maiores do mundo neste segmento. As agências de notícias transnacionais atualmente se estabelecem como impérios que configuram acontecimentos e alimentam “um imaginário mapeado por desejos que nos são alheios, mas que, por efeito ideológico, reconhecemos como próprios” (STEINBERGER, 2005, p. 237). Bourdieu (1997) exprime que para um jornalista dizer algo ele precisa saber o que o outro já disse, o que resulta em uma homogeneidade dos temas e das narrativas. Assim, o campo jornalístico é vencido pelas limitações estruturais das próprias forças que impõe.

Para Soares (2019, p. 38) a marginalização das pautas latino-americanas nos noticiários é decorrente do que se compreende por imperialismo midiático, “construído pelo esforço conjunto de numerosos agentes sociais, sejam eles públicos ou privados,

---

<sup>15</sup>Considera-se 1835 como ano de fundação mesmo que o nome de origem tenha sido outro, Havas. A AFP é herdeira direta desta e por isso reivindica e é reconhecida como a agência de notícias mais antiga do mundo. Inaugurada em Paris, na França, mantém até hoje sua sede na capital francesa.

<sup>16</sup>Sua fundação é britânica, em Londres, designada apenas por Reuters, até ser incorporada pela canadense Thomson Corporation em 2008 e ser renomeada para Thomson Reuters. É um conglomerado de mídias e é tida como a maior agência transnacional de notícias do mundo.

oriundos de diferentes nações e tempos históricos”. Steinberger (2005, p. 220) é complementar ao assinalar que “o subdesenvolvimento informacional subordina-se ao subdesenvolvimento político” e que desde os atentados do Onze de Setembro há uma tendência para o que intitula “geopolítica de atacado”, que pasteuriza visões de mundo.

A produção jornalística brasileira é mínima em autonomia intelectual sobre as categorias que organizam o temário internacional no geral, mas sobretudo quanto à produção de notícias que concernem à América Latina, subcontinente ao qual pertencemos. Os fatos são fragmentados e a completude de informações sobre eles nos são blindadas. A América Latina se torna algo distante, dado que os acontecimentos que lhe competem chegam aos jornais locais cobertos por um espesso manto de valores e significações europeias e/ou norte-americanas. A visão sobre o objeto é forasteira e agora nos cabe, a partir da análise trabalhada no próximo capítulo, entender se a visão sobre o Mercosul, como Bloco latino-americano, está impregnada da mesma lógica ou não.

## **ANÁLISE DE CONTEÚDO: RESULTADO E DISCUSSÕES**

Tomamos como base metodológica para o trabalho a análise de conteúdo, por suas características de consistência e objetividade no estudo de mensagens. Segundo Bardin (2016, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Respeitando os critérios de seleção colocados por Bardin (2016) de: exaustividade (não deixar de fora nenhum elemento da totalidade de comunicação); representatividade (a análise do material selecionado deve conter informações que representem o caso); homogeneidade (precisão de escolha quanto aos dados para se referirem ao mesmo tema); e pertinência (o material precisa ser adequado aos objetivos do estudo) é que a pesquisa ocorre. A fim de confirmar, por indicadores oferecidos pelo sistema linguístico escrito, relações existentes entre o conteúdo textual e os aspectos de significados exteriores, a seleção de material se deu com a busca do termo “Mercosul” nos sítios G1 e R7, respectivamente portais *online* dos grupos Globo e Record, no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

---

A escolha destes portais de notícias para as buscas é feita por serem estes semelhantes em sua estrutura e terem grande audiência como jornalismo de expressividade nacional, o que os concede destaque na sedimentação de imaginários. Posto que tanto o Portal G1 quanto o Portal R7 são empresas parte de conglomerados de mídia com veículos de comunicação em meios televisivo, radiofônico, impresso e virtual, somos capazes de ponderar que a partir da análise de seus veículos *online* é provável pressupor também o posicionamento nos outros meios. A decisão pela busca nos webjornais dos grupos e não em algum de seus outros veículos se dá pela maior facilidade de acesso e pesquisa que o *online* viabiliza. Para além, consideramos que as novas tecnologias não alteraram em cerne os modos de consumo e produção noticiosa.

No Portal G1 com a palavra-chave “Mercosul” resultaram 87 matérias para análise. No que diz respeito às editorias em que estavam alocadas as matérias selecionadas no portal, 48 constavam na editoria Economia, dentre estas nove na subeditoria Agronegócios e duas na subeditoria tecnologia; 21 na editoria Política; 13 na editoria Mundo; três na editoria Natureza e duas na editoria Educação. Já na busca de matérias hospedadas no Portal R7 foram localizadas 55 matérias para análise. Quanto à alocação em editorias, 24 constavam na editoria Economia; 19 na editoria Internacional; sete na editoria Brasil; quatro na editoria Prisma e uma na editoria Educação.

No Portal G1, das 87 matérias analisadas, 55 são creditadas ao próprio sítio, não necessariamente com a assinatura de algum jornalista do grupo<sup>17</sup>, enquanto 32 são creditadas a agências de informação ou a outros veículos. A Agence France-Presse (AFP) aparece como a principal fornecedora, com 11 matérias, seguida da Thomson Reuters com seis, British Broadcasting Corporation (BBC) também com seis, Radio France International (RFI) com quatro, Agencia EFE com três e Deutsche Welle com duas. No que se refere à análise das matérias do Portal R7, das 55 notícias selecionadas a maior parte não é de autoria do sítio e de sua equipe. São 20 as matérias assinadas pelo portal que, da mesma forma que no veículo do Grupo Globo, tem de maneira facultativa a atribuição da notícia a algum jornalista. Das outras 35 matérias, em ordem decrescente, 12 são creditadas à Thomson Reuters, oito à Agencia EFE, sete à Agência Estado, seis à BBC e duas à Agência Brasil.

---

<sup>17</sup>É viável pensar as matérias não assinadas como um desbotamento do humano, do pessoal nas matérias. Os jornalistas deixam de serem os autores, em nome da figura mais geral que é a “redação”.

---

Estas agências, em maioria europeias, exprimem seus interesses econômicos e políticos nas notícias que fabricam. Se são as agências que decidem o que será notícia são elas também que configuram os acontecimentos, e por isso se deve levar em conta sua origem de produção. Ao apontar que a maioria das agências e veículos de referência encontrados são forasteiros à América Latina, consideramos que apesar de contarem com brasileiros em suas equipes nos países sede ou disporem de correspondentes, afiliadas ou escritórios no próprio Brasil, isto não altera a lógica de propriedade estrangeira e assim a influência de interesses alheios ao Brasil e aos outros países participantes do Mercosul. A Agência Estado e a Agência Brasil são as únicas nacionais. A primeira é privada, pertencente ao conglomerado de mídia Grupo Estado, e a segunda é pública, pertencente à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Apenas nas matérias do Portal R7 estas são encontradas como distribuidoras de conteúdos.

Pode-se dizer, portanto, que a organização do acesso ao espaço público internacional é regulada, em princípio, por uma ordem geopolítica que hierarquiza países e regiões de acordo com sua posição na correlação internacional de forças e com sua proximidade *vis-à-vis* as potências hegemônicas (STEINBERGER, 2005, p. 170).

Não coincidentemente foram estas, France-Presse (francesa), no G1, e Thomson Reuters (britânica), no R7, as principais fornecedoras de notícias, apenas atrás dos conteúdos assinados pelos próprios sítios. Quanto à BBC, à RFI e à Deutsche Welle constarem como fornecedoras de conteúdo mesmo que sejam veículos e não agências, isto se dá em razão de suas situações de privilégio para conceder, ou não, aos fatos o valor de notícia, por conta do capital simbólico adquirido devido a suas reputações e visibilidade. Steinberger (2005, p. 191) indica que

A agenda noticiosa na área internacional é organizada de acordo com um fluxo de informações que circulam diretamente ou através de agências, ou ainda mediante traduções de materiais publicados em periódicos estrangeiros bem conceituados nos países hegemônicos.

No tocante à análise das fontes, consideramos todas aquelas que, citadas, contribuem de forma central ou categórica na construção noticiosa, sejam elas fruto de entrevistas, cartas, declarações públicas, pronunciamentos oficiais, conferências,

---

coletivas de imprensa, documentos, notas de assessoria, reuniões ou até de manifestações em redes sociais em ambiente virtual <sup>18</sup>.

Destarte, no Portal G1 o destaque fica com as fontes de caráter oficial, centradas em pessoas e instituições governamentais. Dentre as 87 notícias, 44 contam com informações e citações provenientes do Governo Brasileiro, seja a partir de declarações diretas do presidente (Jair Bolsonaro), do vice-presidente (Hamilton Mourão), de deputados, de ministros e/ou de declarações de porta-vozes das pastas e de seus respectivos órgãos, estes sem nomeação direta; 12 contam com declarações por parte de representações de outros países que integram o Mercosul; e 41 contam com declarações que partem de representações de países europeus, em nome da União Europeia como um todo ou de um país em específico. Há também quatro inferências em nome do Estado norte-americano. Para além, nove matérias contam com associações de comércio ou representações patronais, brasileiras ou europeias, como fontes; três contam com organizações não governamentais (ONGs) como fontes; seis contam com sindicatos como fontes; e 11 matérias dispõem de contribuições de fontes especialistas, que de acordo com Lage (2001) são aquelas que, também entendidas como *experts*, são buscadas para analisar os acontecimentos de forma mais esmiuçada e didatizada. Todavia, o autor alerta que estas, de qualquer modo, leem os fatos com base em seus próprios prismas, mesmo que com o apoio e a legitimidade da ciência.

No Portal R7 as fontes oficiais também são predominantes no corpo das matérias. Das 55 notícias, 30 contam com declarações por parte do Governo Brasileiro, que, como no portal anterior, provêm ou diretamente de pessoas do alto escalão ou de pastas e órgãos de forma genérica; nove contam com informações com base em representações de outros países que integram o bloco latino-americano em estudo; e 11 contam com declarações que partem de representações europeias. Neste portal há uma inferência em nome dos EUA. Quanto a outros tipos de fontes, três notícias abarcam manifestações de associações de comércio; uma abarca uma ONG; uma abarca um sindicato; e duas matérias assentam posições de fontes especialistas. Em ambos jornais apenas duas matérias, que se configuram em formato de entrevista, gozam de declarações das fontes em exclusiva a algum repórter, porém com produção da BBC e não dos veículos nacionais.

---

<sup>18</sup>Tomamos que redes sociais são anteriores à internet, como estruturas sociais de conexão entre pessoas, em geral pela identidade, seja um grupo de amigos, de igreja ou de colegas. Seriam assim as redes sociais em ambiente virtual as moduladas em ambiente *web*, por meio de aplicativos e sítios.

---

Ao determinar que as fontes oficiais são as mais recorrentes tanto no G1 quanto no R7, com espaço de destaque ao longo de diversas matérias, por meio de citações diretas, com o uso de aspas, cabe um reparo a partir de Motta (2013, p. 202), de que “as citações encobrem muito bem a subjetividade, porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. As citações [...] dissimulam a mediação”.

Ainda sobre esta categoria de fontes, Lage (2001, p. 28) pontua que elas, mesmo que em geral lidas como as mais confiáveis, adulteram a realidade “para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder”. Para além, de acordo com Steinberger (2005), a prevalência do discurso diplomático-governamental nas notícias internacionais não é uma surpresa, já que a mídia brasileira depende do Estado como principal fonte no geral.

Ambos veículos têm em comum a pauta principal: negociações para com países ou blocos europeus. Se no R7, dentre as 55 notícias colhidas, mais da metade delas, 27, estão diretamente vinculadas aos acordos Mercosul-EFTA<sup>19</sup> ou Mercosul-UE<sup>20</sup> e seus desdobramentos, no G1 o número é ainda maior. Na soma das 87 notícias do portal de notícias do Grupo Globo, são 62 as referentes ao assunto.

## **CONCLUSÃO: UM MERCOSUL REFÉM DO IMPERIALISMO MIDIÁTICO**

A seleção de domínios temáticos que se referem ao Mercosul é escassa no jornalismo nacional e pouco variada em conteúdo. A leitura que dentre o geral das notícias analisadas a pauta principal são acordos para com a comunidade europeia, Mercosul-EFTA e Mercosul-UE (62 notícias no G1 e 27 notícias no R7), inclina para a constatação de um jornalismo centrado em acontecimentos eurocêntricos, de acordo a configuração de imperialismo midiático. Debates referentes ao Parlasul, órgão legislativo e de representação civil do Mercosul, por exemplo, não surgiram em nenhuma notícia dos veículos durante o biênio 2019-2020, mesmo que tenham ocorrido atualizações sobre este. Elucidamos a respeito do Parlasul dois acontecimentos que seriam dignos de

---

<sup>19</sup>Acordo assinado em agosto de 2019 a fim de promover a integração birregional estratégica entre os blocos e ampliar mercados para produtos e serviços brasileiros. O bloco europeu é formado por quatro países: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

<sup>20</sup> Acordo ambicioso e complexo assinado em junho de 2019 a fim de formar uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Da União Europeia participam 27 países.

noticiabilidade: a celebração do protocolo adicional em 2019 para que o órgão opere formado por legisladores dos parlamentos nacionais, sem nova definição de prazos para eleições diretas; e a escolha de Celso Russomanno, deputado federal no Brasil pelo partido Republicanos, para presidir o Parlamento.

Ademais, ao contar que a maioria das matérias, em ambos os portais, está alocada na Editoria Economia, respectivamente 48 das 87 notícias do G1 e 24 das 55 notícias do R7, e que são ínfimas as notícias enquadradas em eixo alternativos, como Educação (duas no G1 e uma no R7) ou Natureza (três no G1), reforça-se a visão de um organismo apenas de caráter econômico. Além disso, no referente às fontes, deve-se zelar por uma amplitude de vozes, o que não ocorre nos portais. Os acontecimentos relativos ao Mercosul que são selecionados como notícias ordinariamente têm como únicas fontes os representantes de governo, por meio de citações de suas declarações públicas, não oferecidas com exclusividade a nenhum dos veículos ou agências de informação que estes reproduzem. Com funcionários públicos e entidades de governo como fontes privilegiadas, ratifica-se uma função dos veículos como muleta de discursos oficiais.

Quanto às funções que efetivam as agências transnacionais de informação, afirmamos estas como agentes globalizatórios, em um moldar das práticas e das narrativas sobre os espaços, em especial o latino-americano. Logo, tanto G1 quanto R7 contribuem assim em legitimar estigmas e reduzir possibilidades sobre o Mercosul de acordo com as visões inscritas pelas agências. Tanto o governo como os jornais forjam um cenário ao Bloco distinto de interesses em prol da região, com foco nas relações de marca comercial com Estados Unidos da América e Europa.

A maneira com que o mundo é relatado influi no mundo vivido e este desserviço midiático atravança a consolidação de processos de integração plurais e anti-imperialistas, corroborando para a não superação do estágio de União Aduaneira Imperfeita do Bloco. Ademais, integrar não deve ser confundido com construir um projeto hegemônico, pelo contrário, uma integração, mesmo que em nome do coletivo, deve ser em proveito de competências individuais.

O apagamento do Mercosul na mídia é parte de um apagamento mais vasto, o da América Latina, resultado de processo histórico de desconhecimento das informações sobre o “Terceiro Mundo”. Noticia-se o Bloco pela visão do outro, com coberturas análogas, e as novas tecnologias, com os portais *online*, não acarretam mudanças a este

quadro. Seguimos sendo mais receptores do que transmissores de notícias sobre si mesmos no subcontinente, com matérias que indicam um Bloco desagregado e colocado apenas em defesa de proveitos empresariais. G1 e R7 são dois veículos consolidados no país como noticiários *web* e em termos de posicionamento, acionamento de fontes e escolha de temas, são muito similares. Para mais, os dois veículos pertencem a grupos de mídia bem estruturados, na devida ordem Grupo Globo e Grupo Record, e por isso defendemos que não conferirem mais espaço ao objeto é uma opção consciente. Aos dois é compatível um suporte de produção mais habilitado, seja por correspondentes internacionais ou acesso a fontes mais diversificadas.

É verdade que a América Latina tem grandes desafios a superar mas o Mercosul é, ainda hoje, sem nos eximimos de suas contradições, uma plataforma significativa para o alcance de uma associação plena da comunidade latino-americana. Como aponta Santos (2020), o globalitarismo não é irreversível e os progressos deverão vir, também, da Comunicação Social. Sendo o jornalismo a “narrativa hegemônica sobre todas as outras na construção da verdade imediata e do senso comum” (MOTTA, 2013, p. 103), este deve servir a montagem de um repertório de conteúdos que contribuam a um imaginário positivo sobre o subcontinente e sobre o Bloco, em nome de uma cidadania que exceda o nacional e parta ao regional. Não basta a construção de uma cidadania econômica se afastada de uma cidadania política e cultural.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2016.

BATISTA, Jandré. **O lugar da notícia nos processos regionais de integração: os enquadramentos dos jornais de referência sobre as Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul**. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

---

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MERCADO COMUM DO SUL. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

POLETTTO, Dorivaldo Walmor. **A Cepal e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

RIBEIRO, Elisa. **Mercosul: sobre democracia e instituições**. 2 ed. Brasília: UniCEUB, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 31 ed. Rio de Janeiro: Record, 2020

SOARES, Thaís. **Narrativas midiáticas sobre a política externa brasileira: os casos da entrada e suspensão da Venezuela do Mercosul**. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

SORATO, Danilo. **Análise de política externa brasileira: a continuidade dos governos Temer e Bolsonaro**. 2019. 156 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2019.

STEINBERGER, Margarethe. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez. 2005.

ZAMIN, Angela. América Latina na imprensa: uma análise a partir de textos acadêmicos brasileiros do período 1980-2005. **Estudos de Comunicação**, v. 1, n 7, p. 219-234, 2010. Disponível em <<http://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/zamin-america.pdf>> Acesso em 25 dez. 2020.